

POR UMA EDUCAÇÃO ANTICAPACITISTA: RELATO AUTOBIOGRÁFICO DE UMA PROFESSORA COM DEFICIÊNCIA

FOR AN ANTICAPACITIST EDUCATION: AN AUTOBIOGRAPHICAL ACCOUNT OF A TEACHER WITH DISABILITIES

POR UNA EDUCACIÓN ANTICAPACITISTA: RELATO AUTOBIOGRÁFICO DE UN PROFESOR DISCAPACITADO

Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão¹

<https://orcid.org/0009-0004-2718-6674>

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Brasil

maiza.medeiros@ifpb.edu.br

Resumo

Como pessoa com deficiência e professora, observo que a minha presença neste lugar, surpreende e provoca muitas inquietações. Apesar dos últimos avanços, algumas estruturas capacitistas se mantêm fortes, reproduzindo o preconceito e perpetuando estigmas sobre as pessoas com deficiência, o que reforça as barreiras que dificultam o exercício de direitos humanos e sociais por estas pessoas. O presente artigo tem como objetivo relatar as memórias da minha vivência num corpo com deficiência e do processo de construção da minha identidade pessoal e profissional com vistas a suscitar propostas de construção de uma educação anticapacitista na escola, a partir da formação de professores. Como objetivos específicos, buscamos: relatar como se deu a construção da minha identidade enquanto pessoa com deficiência e profissional; evidenciar o capacitismo presente no cotidiano; e, propor mudanças que promovam uma cultura anticapacitista nas escolas. Recorro à autobiografia como recurso metodológico (Abrahão, 2004), tendo as memórias como fonte primária, com vistas a contribuir para a reflexão de outros educadores. Quando escolho a autobiografia, me apoio sobretudo em Nóvoa (1992), propondo uma reflexão sobre momentos significativos, em que se entrelaçam percursos pessoais e profissionais, e, o individual e o coletivo. Os resultados apontam que a pouca presença de pessoas com deficiência, ocupando espaços sociais minimamente relevantes, retroalimenta o ciclo do capacitismo. Para quebrar este ciclo, faz-se necessárias mudanças na formação de professores, que suscite a construção de novas práticas, tendo como base o estabelecimento de conexões reais entre pessoas/profissionais sem deficiência e pessoas/profissionais com deficiência.

Palavras-chave: Formação de Professores; Memórias; Anticapacitismo; Inclusão.

Abstract

As a person with a disability and a teacher, my presence in this place is surprising and provokes many concerns. Despite recent advances, some ableist structures remain strong, reproducing prejudice and perpetuating stigmas about people with disabilities, which reinforces the barriers that make it difficult for these people to exercise their human and social rights. The aim of this article is to recount the memories of my experience of a disabled body and the process of building my personal and professional identity, with a view to raising proposals for building an anti-capacity education at school, starting with teacher training. As specific objectives, we seek to: report on the construction of my identity as a disabled person and professional; highlight the ableism present in everyday life; and propose changes that promote an anti-capacitist culture in schools. I am using autobiography as a methodological resource (Abrahão, 2004), with memories as my primary source, with a view to contributing to the reflections of other educators. When I chose autobiography, I relied above all on Nóvoa (1992), proposing a reflection on significant moments in which personal and professional journeys, and the individual and the collective, are intertwined. The results show that the limited presence of people with disabilities in minimally relevant social spaces feeds back into the cycle of ableism. In order to break this cycle, changes are needed in teacher training that encourage

¹ Mestrado em Educação - UFPB; Licenciatura em Pedagogia - Especialização em Supervisão Escolar - UNIESP e graduação em Direito - UFPB

the construction of new practices based on establishing real connections between people/professionals without disabilities and people/professionals with disabilities.

Keywords: Teacher Training; Memories; Anti-Capacitism; Inclusion.

Resumen

Como persona discapacitada y profesora, mi presencia en este lugar es sorprendente y provoca muchas inquietudes. A pesar de los recientes avances, algunas estructuras capacitistas siguen siendo fuertes, reproduciendo prejuicios y perpetuando estigmas sobre las personas con discapacidad, lo que refuerza las barreras que dificultan a estas personas el ejercicio de sus derechos humanos y sociales. El objetivo de este artículo es relatar los recuerdos de mi experiencia como cuerpo discapacitado y el proceso de construcción de mi identidad personal y profesional, con el fin de plantear propuestas para la construcción de una educación anticapacitista en la escuela, empezando por la formación del profesorado. Como objetivos específicos, pretendemos: dar cuenta de cómo se construyó mi identidad como discapacitada y profesional; evidenciar el capacitismo presente en la vida cotidiana; y proponer cambios que promuevan una cultura anticapacitista en las escuelas. Utilizo la autobiografía como recurso metodológico (Abrahão, 2004), con los recuerdos como fuente primaria, con el objetivo de contribuir a la reflexión de otros educadores. Al elegir la autobiografía, me basé sobre todo en Nóvoa (1992), proponiendo una reflexión sobre momentos significativos en los que se entrelazan los recorridos personales y profesionales, lo individual y lo colectivo. Los resultados muestran que la escasa presencia de personas con discapacidad en espacios sociales mínimamente relevantes retroalimenta el ciclo del capacitismo. Para romper este ciclo son necesarios cambios en la formación del profesorado que fomenten la construcción de nuevas prácticas basadas en el establecimiento de conexiones reales entre personas/profesionales sin discapacidad y personas/profesionales con discapacidad.

Palabras clave: Formación del Profesorado; Memorias; Anticapacitismo; Inclusión.

Introdução

Capacitismo é um termo que ganhou notoriedade na década de 80, nos Estados Unidos, a partir dos movimentos sociais pelos direitos das pessoas com deficiência. De uma maneira simples, Campbell (2008) explica que o capacitismo está para as pessoas com deficiência assim como o racismo está para os negros e o sexismo para as mulheres.

No Brasil, o termo foi cunhado por Anahí Guedes de Mello (2016, p. 3272), para quem o capacitismo,

alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais, etc.

A ideia de corponormatividade é fruto de uma sociedade pautada em padrões que supõe a existência de um padrão corporal ideal e que, portanto, a fuga ou distanciamento desse padrão tornaria as pessoas inaptas ou incapazes para a vida em sociedade, retroalimentando assim o ciclo do preconceito (Le Breton, 2017, p.45).

Sasaki (2014, p. 10) ensina que “o capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações

das pessoas com deficiência”. É uma supervalorização das habilidades físicas e mentais típicas, ao passo em que desconsidera as potencialidades e direitos das pessoas com deficiência, gerando impedimentos ao desenvolvimento desses indivíduos. (Sassaki, 2010, p.45).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), embora não utilize o termo ‘capacitismo’, em seu artigo 2º, define a “discriminação por motivo de deficiência” como:

Qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.

Eu me tornei uma pessoa com deficiência aos dois anos de idade, em decorrência de um acidente de trânsito, no qual perdi a perna esquerda. Por ter adquirido a deficiência em tão tenra idade, toda a minha formação e o meu percurso na educação formal e na vida profissional transcorreram na condição de pessoa com deficiência. Nesta jornada, ententei vários desafios decorrentes do capacitismo. Apesar deles, consegui chegar à universidade e à pós-graduação, bem como obtive êxito em alguns concursos públicos, inclusive como professora universitária, minha ocupação atual.

Em muitas situações, fui a primeira pessoa com deficiência a ocupar determinados espaços. Minha presença em alguns lugares costuma provocar surpresa e até insatisfação em algumas pessoas. E no espaço educacional não é diferente, cotidianamente observo o estranhamento por parte de alunos, de colegas docentes e de outros profissionais ao me verem neste lugar. E esta é a realidade da qual comungam a maior parte das pessoas com deficiência com quem troco experiências, levantando a hipótese que pretendo discutir no presente artigo, de que a ausência de pessoas com deficiência, ocupando espaços sociais minimamente relevantes, retroalimenta o ciclo do capacitismo.

Partindo dessa hipótese, temos como objetivo, o relato autobiográfico da minha experiência como docente e pessoa com deficiência, visando contribuir na discussão sobre a construção de uma cultura anticapacitista na escola, a partir da formação de professores.

Nas civilizações mais remotas, pessoas com deficiência eram perseguidas até a morte (Marques, 2008). Na idade antiga, crianças com deficiência eram sacrificadas (Silva, 1987; Marques, 2008; Costa, 2009). Na idade Média, pessoas com deficiência eram exploradas e expostas como atrações de circos. Com o Cristianismo, foram vistas como possuídas ou endemoniadas, submetidas a castigos físicos e rituais de exorcismos, rejeitadas, abandonadas

e mortas até pelas próprias famílias (Costa, 2009). Na era moderna, foram utilizadas como cobaias e submetidas a tratamentos que visavam o conserto compulsório dos seus ‘defeitos’ (Sampaio e Sampaio, 2009, p, 35). Com o capitalismo, foram vistas como inúteis, tidas como um peso na sociedade.

De lá pra cá, sobretudo a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU-1948), e da luta de pessoas e movimento sociais no mundo inteiro, muita coisa vem mudando. No Brasil, podemos citar como principais marcos: a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), e, a mais recente Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015. O crescimento do processo de inclusão vem permitindo importantes avanços no acesso a direitos e políticas públicas. No sistema educacional, este processo tem repercutido no aumento significativo de estudantes com deficiência inseridos no sistema escolar.²

Apesar dos avanços, algumas estruturas capacitistas se mantêm fortes na sociedade, perpetuando as barreiras e dificultando o exercício de direitos humanos e sociais pelas pessoas com deficiência. Se o capacitismo produz e mantém barreiras que impedem a participação das pessoas com deficiência, o anticapacitismo é a luta contra tudo isso.

Não é demasiado lembrar que o preconceito é construído socialmente, como explica Marsiglia (2021, p. 111),

O preconceito resulta justamente da dificuldade de conviver com o outro, com sua ‘estranheza’, reagindo negativamente àquilo que desconhecemos e não aceitamos. Essa reação não é interna, ou seja, o indivíduo não tem um comportamento preconceituoso de maneira endógena. Os preconceitos são construídos na elaboração da identidade do indivíduo, que para afirmar-se, rejeita aquilo que pode ameaçá-lo.

A escola, enquanto instituição social, pode ser uma grande aliada na luta anticapacitista, Mas não basta só marcar os educandos com deficiência. Para, de fato, se tornar um espaço inclusivo, a escola precisa oportunizar tempos e espaços de discussão e de trocas enriquecedoras que envolvam toda a comunidade escolar. Desenvolver um processo educativo amplo, que ensine as pessoas sem deficiência a acolher efetivamente as pessoas com deficiência, onde questões relacionadas a preconceitos, mitos e estigmas sejam debatidas e analisadas por todos.

² De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, último ano de divulgação desses dados pelo IBGE, havia 1.087.617 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos com deficiência, dos quais 82,5% (897.116) frequentavam escola ou creche.

Mas, educar crianças e jovens anticapacitistas requer saberes que a maioria de nós docentes não desenvolveu. Por este motivo, acreditamos no potencial da formação, inicial e continuada, numa perspectiva anticapacitista, para todos os profissionais da educação.

Metodologia

Como procedimento metodológico, optamos pelo relato autobiográfico. De acordo com Abrahão (2004), “as pesquisas autobiográficas configuram-se como uma forma de pesquisa onde, o sujeito se desvela, para si, e se revela para os outros, como uma história autorreferente carregada de significado”.

O relato autobiográfico tem como fonte primária a memória, e, através da narrativa, reflito sobre os percalços da trajetória, evidenciando o capacitismo que me rodeia.

Vivemos uma infinidade de transações, de vivências; estas vivências atingem o *status* de experiências a partir do momento que fazemos um certo trabalho reflexivo sobre o que se passou e sobre o que foi observado, percebido e sentido (Josso, 2004, p. 48).

Ao apanhar as memórias vou refletindo o passado e localizando indícios que construíram a minha identidade enquanto pessoa e enquanto profissional, contribuindo, assim, para suscitar a reflexão de outros educadores, conforme preceitua Nóvoa (1992).

Essa forma de narrar sobre si mesmo tem despertado considerável interesse acadêmico, com pesquisas em várias áreas do conhecimento, especialmente na área educacional. Porém, para que tenha valor científico, o relato biográfico inevitavelmente, deve seguir algumas regras, que se infringidas, podem trazer consequências indesejáveis: “a) distorção da verdade histórica ou biográfica; b) infringência do direito à privacidade; c) incapacidade de exibir padrões de personalidade” (Eakin, 2019, p. 46).

Neste sentido, tomamos o cuidado de nos ater aos fatos vividos, de não identificar terceiros e, principalmente de situar os fatos e os sujeitos na relação com a cultura e com os valores da sociedade vigentes em cada época.

O relato autobiográfico está dividido em 2 partes assim nomeadas: Pioneirismo - onde relato o início da minha história e do processo de construção da minha identidade enquanto pessoa com deficiência; e, Transgressão – na qual relato os desafios de ter sido a primeira pessoa com deficiência a ocupar certos espaços profissionais e sociais.

Na sequência, apresento as Discussões sobre as possibilidades no que se refere à construção de uma educação anticapacitista nas escolas, a partir da formação de professores, tendo como foco o estabelecimento de conexões reais com as pessoas com deficiência.

Esta opção metodológica é também uma opção política, visando ocupar um espaço de protagonismo enquanto pesquisadora e intelectual com deficiência, que somada a outros trabalhos, possam fortalecer a luta para quebrar o ciclo que perpetua o capacitismo.

Resultados

Quando iniciei minha vida profissional, tinha um princípio: de que eu não fosse excluída do mercado de trabalho, só pelo fato de ter uma deficiência; mas que o contrário também não ocorresse, ou seja, que eu não fosse incluída só pelo fato de possuir uma deficiência. Esta possibilidade que me gerava um certo pavor, pois, na minha visão, invalidaria todos os meus esforços em buscar de evoluir profissionalmente. Talvez, como reflexo do capacitismo que rodeava, eu sentisse a necessidade de mostrar ao mundo a minha capacidade, para além de um corpo com deficiência.

Como docente, confesso que, por muitos anos, rejeitei a ideia de compartilhar os meus conhecimentos e experiências sobre o tema, com o receio de ficar marcada como uma profissional limitada a um único tema, ou ainda que fosse usada em situações como ‘exemplo de superação’. Não que eu quisesse negar a deficiência, mas acreditava que o fato de falar sobre ela, fosse tirar a atenção dos conteúdos que eu estava ali para ensinar e que estes, os conteúdos, eram o mais importante que eu tinha a ‘transmitir’. Levou um tempo até eu entender e compreender que a minha presença é pedagógica e que minhas ações são políticas, na perspectiva da luta contra o capacitismo.

Quando percebi a importância dessa luta, comecei a pesquisar mais sobre o tema e sobre as vidas de outras pessoas como eu. Foi um longo processo de aprendizado e de empoderamento como mulher, como profissional e como pessoa, para me convencer de que finalmente estava na hora de refletir sobre toda essa experiência, escancarando a violência do capacitismo que me rodeia em todos os lugares.

- **Pioneirismo**

Pioneiro é a palavra usada para descrever alguém que é o primeiro a abrir caminho, um desbravador, um precursor. Quisera eu que pioneirismo em minha trajetória estivesse relacionado apenas a este sentido tão aventureiro e heróico. Na realidade, ter sido pioneira em algumas situações, só ampliou o desafio, aumentando consideravelmente as barreiras que me distanciavam do exercício pleno dos meus direitos humanos e sociais. Embora, olhando por

outro prisma, possa reconhecer que esse pioneirismo tornou a jornada, num certo sentido, realmente épica.

Eu me tornei uma pessoa com deficiência aos dois anos de idade, num acidente de carro, no qual perdi minha perna esquerda. Em razão da pouca idade, não tenho muitas recordações de como era a vida antes e nem do próprio acidente. O pouco que sei sobre esse período me foi reportado pela minha mãe, de maneira informal. Ela conta que, de imediato, sobressaiu-se a preocupação e a luta pela vida, já que corria risco de morte. E no meio de toda essa turbulência, a família foi comunicada da necessidade da amputação, como condição para a minha sobrevivência, o que foi um grande impacto para todos.

Saber que vai ter um filho com deficiência, seja pelo nascimento ou adquirida ao longo da vida, é uma notícia para a qual em geral, nenhuma família está preparada. E com a minha, não foi diferente. O capacitismo, internalizado em todos, fez com que muitas vezes agissem de maneira impulsiva, querendo negar ou corrigir a deficiência. Mas, por outro lado, surpreendentemente e rapidamente, compreenderam de maneira intuitiva a importância da inclusão e a colocaram em prática, me inserindo em todos os ambientes sociais possíveis e não deixando que nada ou ninguém me excluísse.

Após a amputação, algumas pessoas davam conselhos para os meus pais solicitarem a aposentadoria por invalidez, conselho este que minha mãe sempre rejeitou, pois acreditava que quando eu crescesse, eu iria conseguir trabalhar e me auto sustentar, embora ela confesse que no seu interior, não tivesse muita clareza de como isso iria acontecer.

Ainda hoje, pessoas desconhecidas me abordam em vários lugares para me ‘aconselhar’ ou para me ‘informar’ que eu deveria me aposentar. Esta visão da pessoa com deficiência como inválida ou incapaz decorre do modelo biomédico, para quem as pessoas com deficiência, independentemente de suas potencialidades individuais, encontram-se amordaçadas por uma ideia globalizante de incapacidade e invalidez, o que compromete tremendamente seu aproveitamento como força de trabalho, da mesma forma que diminui suas possibilidades de realização afetiva, educacional e política (Marques, 2008).

Inclusive, eu conheci outras pessoas com deficiência, que por terem sido aposentadas na infância, isso acabou gerando uma acomodação familiar no que se refere ao provimento de condições e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para elas, o que impactou diretamente e negativamente nas suas possibilidades de realizações futuras.

No que se refere à locomoção, no decorrer dos primeiros anos após a amputação, tive que reencontrar uma forma de me locomover. De início, me rastejava para fazer pequenos

trajetos dentro de casa e com o passar do tempo, comecei a andar pulando, o que me permitia participar de todas as brincadeiras de rua, juntamente com as outras crianças. Para os lugares mais distantes, como a escola, como ainda era muito pequena, era levada nos braços dos meus familiares até a porta e lá dentro me locomovia aos pulos. Dessa fase, lembro que, tanto na escola, como na rua, eu era a única criança com deficiência e que, nas desavenças entre os colegas, sempre tentavam me ofender com xingamentos de ‘saci-pererê’³, o que me causava muita tristeza, menos pela semelhança com o personagem e mais por ver meus amigos tentando me ofender.

Aos 5 anos de idade, fui morar numa cidade maior. Nesta cidade, vi pela primeira vez outras pessoas com deficiência, todas elas em situação de mendicância e isso foi bem chocante para mim. Lembro que quando me perguntavam sobre o que eu iria ser quando crescer, eu costumava responder que iria ser ‘médica pediatra’, mas sempre que respondia isso, internamente me questionava como isso seria possível. Tentava imaginar uma médica amputada trabalhando e a imaginação falhava, pois ao meu redor, não via nenhuma referência de pessoas amputadas exercendo qualquer profissão que fosse, nem na TV.

A falta de representatividade concorria para que eu não conseguisse vislumbrar a mim mesma e ao meu potencial, bem como às oportunidades de vida e de trabalho. Era como se eu estivesse no meio de um paradoxo muito difícil de ser administrado por uma criança: na família (microcosmo), era instigada a acreditar em meu potencial e na construção de um futuro profissional possível, enquanto todo o contexto exterior (macrocosmo) corroborasse para colocar em dúvida essas certezas.

Vygotsky (1993) já refletia que “não é a deficiência que define o destino das pessoas, mas o resultado do olhar da sociedade sobre a deficiência”, reforçando a importância do meio social em que a criança vive para o seu desenvolvimento pessoal e consequente construção de um projeto de vida. No mesmo sentido, Melo (2024, p. 18) reflete que “a construção de uma identidade enquanto uma necessidade dependerá de como o sujeito é tratado pela sociedade”, demonstrando que a identidade é construída coletivamente e que a representatividade, ou a falta dela, impactam significativamente na sua construção, bem como na autoestima e nos processos de autoaceitação e, conseqüentemente, de construção de um projeto de vida.

³ Personagem do folclore, retratado como um menino negro e travesso, que fuma cachimbo e carrega uma carapuça vermelha que lhe concede poderes mágicos, tendo como uma das mais importantes características, possuir apenas uma perna. Nos anos 70 e 80, o personagem fazia parte do programa de televisão ‘O Sítio do Pica Pau Amarelo’, um seriado de televisão, baseado na obra de Monteiro Lobato, e que fazia muito sucesso junto ao público infantil.

Ainda na primeira infância, meus pais se esforçaram para conseguir uma prótese para mim. Para eles, a prótese representava a única possibilidade de locomoção aceitável, visto que, aparentemente, promovia o ‘conserto’ do meu corpo, repondo-lhe a parte que faltava. De acordo com Campbell (2001) o capacitismo tece uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de si e de corpo (o padrão corporal), que se projeta tipicamente, portanto, essencial e totalmente humano; enquanto deficiência em seguida, é lançada como um estado diminuído do ser humano.

O uso de muletas nunca me foi mencionado como uma opção. Minha família sempre rejeitou essa alternativa, vista como uma espécie de ‘gambiarra’ e como uma ‘rendição à deficiência’. Nessa busca da família, ainda que inconscientemente, da desejada “normalidade”, reside a tentativa de desviar da vida ontologicamente periférica e desvalorizada devotada às pessoas com deficiência, para as quais pode-se até conceder os direitos da piedade, mas nunca equipará-los à normalidade (Dias, 2013).

Mas, para a frustração de todos, eu não me adaptei à prótese, pois era pesada e me incomodava muito. Em compensação, aprendi muito cedo a andar de bicicleta e esta se tornou praticamente o meu meio de locomoção durante a segunda infância e o início da adolescência, quando o meu corpo começou a crescer. Com o crescimento físico, a pressão da família, e sem nenhuma outra alternativa, fui impelida a aceitar o uso da prótese novamente.

Então, a partir dos 10 anos de idade, comecei a usar a prótese diariamente, sobretudo para sair de casa, mas ela continuava me machucando. O coto muito curto e o encaixe mal feito pelas ortopedias da época, eram a combinação perfeita para fazer muitos calos e às vezes até cortar a virilha. Mas eu escutava todos os dias, da família e também dos profissionais de saúde, que isso era uma questão de costume. Usei prótese por 25 anos e ela me machucou todos os dias, até o último, igualmente ao primeiro.

Dentro de casa, preferia continuar me locomovendo aos pulos e nas proximidades continuava a usar a bicicleta. Era uma jovem bastante ativa, gostava de brincar de bola e, inclusive, aprendi a nadar. Mas na escola, desde a educação infantil até à universidade, todos os professores de educação física me dispensavam no primeiro dia de aula, sem sequer me conhecer. De acordo com Pedrinelli; Verenguer (2013), os cursos de Educação Física só passaram a incluir conhecimentos específicos sobre pessoas com deficiência no início dos anos 80. Rodrigues (2003), relata que a área da Educação Física ficou à margem das discussões sobre o movimento de inclusão, que se desencadeou em nosso país desde a década de 1990, e em decorrência disso, mesmo crianças e jovens com deficiência, que tiveram acesso à escola

regular como eu, sempre eram dispensados das aulas de Educação Física, normalmente pela insegurança por parte dos professores.

Quando eu tinha 15 anos, minha família resolveu se mudar do interior para a capital da Paraíba, João Pessoa, onde moro até hoje. Recordo que, nessa época, escutei sem querer uma conversa na qual diziam que seria necessário mudarmos para a capital, pois estava chegando a época em que eu entraria na Universidade e iria ser muito complicado para mim, morar sozinho numa cidade grande. Lembro de um misto de sentimentos, de gratidão de ter uma família, mas também um pouco de incerteza sobre como seria o meu futuro, quando não tivesse mais eles.

Na capital, terminei o ensino médio, entrei na universidade e comecei a trabalhar no meu primeiro emprego, na secretaria de uma escola particular. Em todos esses contextos, continuava a ser a única pessoa com deficiência, mas usar a prótese me dava ‘passabilidade’⁴ e talvez por esse motivo, não recordo de ter sofrido preconceitos explícitos durante essa época.

Apesar da marcha claudicante, por usar a próteses, muitas pessoas não percebiam que eu tinha uma amputação e quando descobriam, diziam que pensavam que eu tinha ‘apenas’ uma perna mais curta que a outra. Sobre isso, faço um paralelo ao conceito de ‘colorismo’⁵, visto que, aparentemente, quanto ‘menor’ for a deficiência, menor o preconceito.

Aos 35 anos, tomei uma decisão de parar de usar prótese e passei a usar somente as muletas. E foi nessa fase em que ocorreu uma profusão de situações de constrangimento e discriminação. Por outro lado, esse também foi um período em que consegui alcançar alguns objetivos pessoais e profissionais. E a junção desses dois fatores fez com que o capacitismo se apresentasse na minha vida de maneira mais evidente e perverso .

- **Transgressão**

Como já relatado, assim como muitas outras pessoas com deficiência, muitas vezes, o que mais quis, foi me sobressair por algum motivo que não fosse a deficiência, simplesmente viver a minha vida, sem que uma simples ida ao banheiro se tornasse um evento público. Mas

⁴ Capacidade de uma pessoa ser considerada membro de um grupo ou categoria identitária diferente da sua, que pode incluir identidade racial, etnia, casta, classe social, orientação sexual, gênero, religião, idade e/ou status de deficiência

⁵ Uma manifestação específica do racismo, que se baseia nas características físicas visíveis, especialmente a cor da pele, determinando que, quanto mais escuro for o seu tom de pele, mais atos preconceituosos uma pessoa poderá sofrer.

como? Como viver num corpo com deficiência, sem negá-la infantilmente, mas sem reduzir a vida à ela? Acho que foi o que tentei fazer.

Escrevo este relato em 2024, estou com 49 anos, sou professora universitária, concursada na rede federal, construí uma família, tive dois filhos, sou independente financeiramente, enfim, sou aquilo que muitos chamam de pessoa realizada, por ter alcançado muito dos meus objetivos pessoais e profissionais.

Aos 16 anos, entrei na universidade e comecei a trabalhar, aos 18 aprendi a dirigir carro e aos 19 anos passei no primeiro concurso público. Nesta época, ainda usava a perna mecânica. Aos 21 anos tive meu primeiro filho e aos 25 tive o segundo. Durante as gestações fiquei impedida de usar a perna mecânica. Assim, de maneira provisória, comecei a usar muletas pela primeira vez na vida. Recordo dos olhares surpresos ou enviesados em todos os lugares, como se uma mulher com deficiência não pudesse engravidar, evidenciando o esteriótipo da ‘pessoa com deficiência assexuada’.

Os estereótipos são um conjunto de crenças compartilhadas sobre traços, comportamentos e atributos dos membros de um grupo social, e, a partir deles, cria-se expectativas em relação ao comportamento destas pessoas. Os estereótipos vão se constituindo em estigmas que marcam estas pessoas, e, as pessoas com deficiência fazem parte de um dos grupos mais estigmatizados na nossa sociedade.

No meu caso, além de ser pessoa com deficiência, há também o atravessamento da questão de gênero. No campo de estudos da deficiência, as pesquisas com base na perspectiva interseccional têm discutido sobre as vidas de pessoas como eu, localizadas dentro de identidades multiplamente discriminadas, e os resultados apontam que as narrativas culturais relacionadas à deficiência moldam as expectativas que a sociedade tem em relação às mulheres que tem essa condição. De acordo com o levantamento feito por Block, Gesser e Mello (2020, p. 24),

As pesquisas realizadas por autores como Maria Joseph (2005-2006) na Índia, e Bishnu Dhungana (2006) no Nepal, e Marivete Gesser (2010) e Paula Lopes (2018) no Brasil, indicam que, ao contrário das mulheres sem deficiência, as expectativas que a sociedade tem das mulheres com impedimentos corporais tendem a excluí-las do direito ao exercício da sexualidade, do trabalho de qualquer natureza e da maternidade. [...] Outros estudos, realizados por autores como Marivete Gesser (2010) e Michael Gill (2015) mostram que há a compreensão de que as pessoas com deficiência são assexuadas, ou seja, não têm sentimentos e necessidades sexuais. Sobre essa questão, o estudo realizado por Maria Joseph (2005-2006) na Índia mostrou que essa compreensão afeta as experiências pessoais e os projetos de vida de homens

e mulheres, embora as últimas sejam mais vulneráveis por causa da intersecção da deficiência com as desigualdades de gênero.

Aos 27 anos, voltei à universidade para cursar minha segunda graduação, a licenciatura em Pedagogia. Neste curso, me encontrei como pessoa e como profissional e ao me formar, muita coisa deslanchou na minha vida. Fiz pós-graduação e quase de imediato fui convidada para dar aulas em várias faculdades privadas, nos cursos de Pedagogia e outras licenciaturas, e também nos cursos de pós-graduação e de formação continuada de professores.

Em todos os cursos em que atuei nestes 20 anos de docência no ensino superior, os estudos sobre a deficiência se restringem à disciplina de Educação Especial e Inclusiva, cujos conteúdos focam no estudo da legislação sobre inclusão, alguns conhecimentos sobre os tipos de deficiência mais comuns e alguns exemplos de materiais e metodologias de ensino voltadas aos estudantes público alvo da educação especial. Nas demais disciplinas, pouco se discute sobre o tema, como se os outros componentes curriculares nada tivessem a ver com a questão.

Nas minhas aulas, só nos últimos quatro anos, a partir dos meus estudos no campo do Estudos da Deficiência⁶ e da continuidade do meu processo de construção da minha identidade profissional entrecruzada com a identidade pessoal, comecei a provocar o diálogo com os ‘alunos-professores’ sobre o capacitismo. Nestas experiências, alguns acabam reconhecendo-se como capacitistas e confessando que tiveram preconceito, inclusive em relação a mim, julgando-me de maneira precipitada como alguém incapaz e que ‘teria sido contratada apenas para preencher alguma cota’.

Além do trabalho como docente, também passei em alguns concursos públicos para técnico de nível superior. Num dos órgãos em que trabalhei, fui lotada numa sala que ficava no segundo andar do prédio e a única forma de acesso era pela escada. Apesar das minhas contantes solicitações, só depois de dois anos, transferiram o setor para uma sala no pavimento térreo e, quando isso aconteceu, uma colega de trabalho reclamou que ‘perdeu’ uma sala maravilhosa no segundo andar, ‘por causa de uma pessoa com deficiência’, com a qual ela ‘não tinha nada a ver’.

⁶ O campo de Estudos da Deficiência surgiu a partir do movimento das pessoas com Deficiência, na década de 70, tendo o modelo social da deficiência como o principal modelo teórico, contrapondo-se ao modelo médico da deficiência e propondo a compreensão da deficiência como uma forma de opressão pelas barreiras sociais que obstaculizam a participação das pessoas com deficiência.

Ainda no mesmo órgão, quando requeri o direito ao horário especial, garantido pela Lei 8.112/1990, ouvi de uma das médicas peritas, que ela ‘não compreendia o porquê da necessidade de redução da jornada’, visto que ela ‘estava assistindo às parolimpíadas na TV e vendo pessoas com deficiência saltando, correndo, nadando etc’, enquanto eu estava ali ‘solicitando uma carga horária mais mole’. Tive que explicar o óbvio para essa médica, que eu não era capaz de executar as mesmas atividades que os atletas paralímpicos, assim como ela não conseguiria fazer as mesmas ‘proezas’ que os atletas olímpicos fazem. Além disso, quando os colegas de trabalho ficaram sabendo que consegui a redução da jornada de trabalho, alguns reagiram dizendo que eu estava tendo um ‘privilégio’ e que eles ‘também gostariam de ter’.

Nas duas situações relatadas, as solicitações correspondiam a direitos garantidos por Lei e que, ainda assim, só foram concedidos após extenuante luta. Inobstante a isso, algumas pessoas me encararam como alguém que lhes retirou algum direito ou como alguém que estaria se esquivando de algum esforço, utilizando-se da prerrogativa de ser pessoa com deficiência. É interessante observar como o exercício dos direitos pelas pessoas com deficiência provoca esse tipo de reação. O mesmo capacitismo que faz com que ninguém deseje ser ou estar nesta condição, parece fazer aflorar um sentimento de perda nas pessoas sem deficiência, enquanto a pessoa com deficiência está simplesmente tentando remover as barreiras que a colocam em condições de desigualdade com as demais pessoas.

Quando me tornei professora da rede municipal, em todas as escolas em que trabalhei, enfrentei barreiras atitudinais e arquitetônicas. Numa delas, a única maneira de entrar no prédio, era por uma rampa curta, íngreme e lisa. Diante do obstáculo, intransponível para a minha condição, me ofereceram como ‘solução’ ser suspensa e levada nos braços por dois porteiros, o que obviamente não aceitei. Ouvi de um deles que a ‘solução tinha sido arranjada’ e que eu é que ‘não estava querendo trabalhar’.

Certa vez ao tentar dialogar com um vizinho que colocava um som muito alto, passei a ser, repetidas vezes, violentamente ofendida com palavras de ataque à minha condição de mulher e de pessoa com deficiência: ‘rapariga aleijada’, “raça ruim que Deus marcou para não perder de vista”, “não era pra morar aqui”, entre outras ofensas e palavras de baixo calão. Tive que ameaçar abrir processo judicial por injúria qualificada, para conter o agressor.

Observe que, embora haja praticamente um consenso na nossa sociedade, sobre o quanto é odiosa a conduta de alguém que se utiliza de uma característica de vulnerabilidade social para empreender ofensa contra outra pessoa, na época do fato narrado, o Código Penal brasileiro não previa o crime de capacitismo. O capacitismo só foi considerado crime, a partir

do artigo 88, da Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência⁷, ainda assim com penas muito mais brandas do que aquelas previstas para o crime de racismo, tipificado desde a Lei 7.716/89, e previsto como inafiançável e imprescritível.

Em 2020, atingi os requisitos necessários para solicitar a aposentadoria por tempo de serviço, na condição de pessoa com deficiência, com base na Lei Complementar nº 142/2013. Mesmo com 07 anos de existência da referida Lei, enfrentei o desconhecimento total de todos os servidores responsáveis pela sua operacionalização. Praticamente todos os profissionais e servidores envolvidos, me diziam que se tratava do primeiro caso em que eles estavam trabalhando. Ter que explicar, a aqueles que deveriam saber, que eu tinha o direito e ainda, como fazer para acessá-lo, me trouxe uma carga sobressalente de desgaste mental e emocional incalculáveis.

Depois da aposentadoria no cargo técnico, passei no concurso para docente, sendo este o meu cargo atual. No campus em que leciono, enfrento barreiras arquitetônicas todos os dias até hoje. O prédio é antigo e passa por constantes obras de manutenção, ampliação ou reforma. Os caminhos são interditados ou invadidos por entulhos e materiais de construção. Os pisos são desnivelados ou escorregadios. Como não tem elevadores para acesso aos pavimentos superiores, consegui com que minhas salas de aula fiquem todas no pavimento térreo, mas não há previsão de reformas que propiciem a acessibilidade arquitetônica a todos os ambientes do Campus.

Com a condição que possuo hoje, consigo viajar ou frequentar espaços como restaurantes e bares em minha própria cidade, onde a falta de acessibilidade arquitetônica é praticamente a regra. Quase nenhum evento é pensado para receber pessoas com deficiência. Os profissionais, em sua maioria, não estão preparados minimamente para nos atender. Os espaços reservados, como banheiros e vagas de estacionamentos são desrespeitados com a condescendência dos funcionários, geralmente por receio de se indispor com os ‘clientes’, como se nós pessoas com deficiência também não fôssemos clientes. Entre os clientes, também é visível o desconforto nos olhares, e, quanto mais elitizado é o ambiente, mais há um clima hostil ao que é diverso do padrão.

⁷ “Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.”

Enfim, tudo nesses espaços corrobora para deixar bem claro que aquele lugar não é para mim, mostrando que o capacitismo estrutura a nossa vida em sociedade e naturaliza a subtração das pessoas com deficiência do convívio comum, o que só reforça a tese que defendo neste estudo, de que a ausência de pessoas com deficiência nos espaços sociais diversos, retroalimenta e fortalece o ciclo do capacitismo.

Discussões

De tudo que relatei, o que mais me aflige é quando crianças reagem assustadas à minha imagem. Como pessoa adulta, essas reações não atingem a minha autoimagem, já consolidada e moldada a partir de toda uma trajetória marcada pela resiliência. Não sinto por mim, sinto por elas. As reações das crianças são reflexos da educação que (não) estão recebendo. São uma mensagem clara de que o modelo educacional que estamos fazendo precisa mudar urgentemente. Não é possível, em pleno século XXI, conceber uma escola que não trabalhe as diferenças corporais, que não aborde a deficiência como aquilo que ela é, como parte da condição humana.

É preciso, proporcionar oportunidades de diálogo e convivência com pessoas com deficiência em condição de igual para igual. Não basta mostrar pessoas com deficiência só em campanhas de doações e ações de caridade em instituições segregadas. Segundo Storey (2007), embora as escolas muitas vezes defendam o multiculturalismo e a aceitação das diferenças, a deficiência e o capacitismo são negligenciados nesta defesa.

O mesmo autor relaciona algumas sugestões importantes para combater o capacitismo na escola (Storey, 2007, p. 56-57):

- Consciência de Habilidade – que consiste em conscientizar em relação às habilidades, com vistas a realização de atividades nas quais alunos e professores sem deficiência participam de atividades simuladas sobre ter uma deficiência.
- Conteúdo da deficiência no currículo e nas atividades escolares - inserir conteúdos sobre deficiência nas atividades e currículo escolar, pois ainda há falta de reconhecimento da cultura da deficiência.
- Formação continuada - no que se refere ao treinamento, indicando que existe literatura sobre a deficiência aos professores que estão em formação. Isso tem um grande impacto nas atitudes do profissional. Esse treinamento em relação às aptidões, pode ser ministrado pelas pessoas com deficiência e dessa forma, conseguir citar exemplos pessoais;
- Literatura sobre a deficiência – utilização de livros que retratem questões positivas sobre as pessoas com deficiência, bem como material didático que tenham pessoas com deficiência e abordar transversalmente esse tema. Uma alternativa possível, também, é a realização de clube de leituras, utilizando, por exemplo, livros com histórias de pessoas com deficiência;

- Utilização da modelagem de papéis, usando modelos positivos, ou seja, estudantes precisam de outras pessoas com deficiência seja da comunidade escolar e/ou local para ser mentores, palestrantes e ativistas e se não for possível, que seja por meio de filmes, biografias, pessoas famosas para alunos com e sem deficiência; e
- Contratação de professores com deficiência na escola - pois é difícil acontecer, muitas vezes são contratados apenas para trabalhar com estudantes com deficiência ou ficam apenas no campo das ideias e possibilidades, mas não efetivam essa prática tão importante.

Como se pode observar, a maioria das sugestões indicadas pelo autor, estão relacionadas a trazer a presença das pessoas com deficiência, seja de maneira indireta, por meio dos materiais didáticos (livros, textos, filmes e atividades de simulação) ou de maneira direta, convidando pessoas e profissionais com deficiência para ministrar oficinas ou mesmo sendo contratadas efetivamente como professores.

Destaco que, para que as escolas coloquem em prática algumas das sugestões indicadas pelo autor, se faz necessário que os professores tenham passado previamente por uma formação, inicial ou continuada, na perspectiva anticapacitista. Nestas formações, é necessário partir do reconhecimento de que somos capacitistas e ainda refletir que, muitos de nós, não simplesmente reproduzimos o capacitismo enquanto um comportamento social, mas também, de maneira deliberada, nos afiliamos a ele, o alimentamos e o ‘ensinamos’ aos que vêm depois de nós, perpetuando o ciclo.

Na formação inicial, entendemos insuficiente que temas como inclusão e capacitismo fiquem restritos à uma disciplina, como geralmente vem sendo feito nos cursos de licenciaturas. É preciso que estas discussões transversalizem efetivamente todo o currículo e que incluam os conhecimentos produzidos no campo dos Estudos da Deficiência, principalmente sobre os diferentes modelos de compreensão da deficiência, e suas respectivas implicações sociais e educacionais.

Além dos estudos teóricos, entendemos que as práticas e vivências junto aos coletivos, associações e movimentos organizados e protagonizados por pessoas com deficiência, podem agregar elementos inalcançáveis apenas pela teoria. Estas vivências oportunizam a convivência em alteridade, a construção de vínculos, suscitam reflexões éticas e questionamentos sobre o sistema em que vivemos e suas desigualdades e ainda podem motivar docentes e discentes para o engajamento na luta.

Considerações Finais

Por meio do relato autobiográfico, busquei escancarar a realidade do capacitismo que nos cerca e a falta de preparo da escola para promover uma educação anticapacitista. Enraizado

estruturalmente e perpetuado historicamente, o capacitismo é uma herança que precisamos combater. Consolidar o processo de inclusão e combater o capacitismo é um desafio que urge em nossa sociedade e poderá vir a ser o grande legado do nosso tempo.

Para isso, precisamos, primeiramente, estar dispostos a promovê-lo. Porém, a simples disposição não é suficiente. Nas escolas e universidades, não basta apenas receber os estudantes com deficiência, é preciso transformar radicalmente essas instituições e, para isso, depositar as esperanças na formação inicial e continuada dos professores, quando trabalhadas na perspectiva anticapacitista.

Há diversas estratégias que podem ser utilizadas pelas escolas e universidades, mas todas elas passam pela necessidade premente de contar com a presença de pessoas com deficiência, enquanto protagonistas necessárias desse processo.

Igualmente a mim, há milhares de outras pessoas com deficiência que passam pelas mesmas experiências e que estão dispostas a se colocar frente a frente com pessoas sem deficiência, atuando com compromisso político e ético, e fazendo a diferença na promoção de uma educação anticapacitista, pois ‘deficientes’ são os espaços que não tem acessibilidades, ‘estreitas’ são as visões que nos rotulam, ‘tortas’ são as ideias equivocadas e ‘doentes’ são as mentes que não se abrem.

Referências

- Abrahão. M. H. B. (Org.). (2004). Pesquisa (auto)biográfica: teoria e empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Block, P., Gesser, M., Mello, A. G. de. (2020). Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In G. Böck, M. Gesser, & P. Lopes, (Orgs). Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV.
- Brasil. (2008). Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Campbell, F. K. (2008). Exploring internalized ableism using critical race theory.” *Disability & Society*.
- Costa, V. de S. P. (2009). Representações sociais da cadeira de rodas na lesão da medula espinhal. [Tese de Doutorado em Enfermagem, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo].
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-14092009-163227/pt-br.php>
- Dias, A. (2013). Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP Legal.

- Eakin, P. J. (2019). Vivendo autobiograficamente: a construção de nossa identidade narrativa. São Paulo: Letra e Voz, 2019. Resenha de: MOREIRA, Igor Lemos. Pensar a autobiografia entre história, identidade e narrativa. *Faces da História*, Assis, 6(2), 566-572.
- Josso, M. F. C. (2004). Experiências de vida e formação. São Paulo: Cortez.
- Le Breton, D. (2017). A sociologia do Corpo. (2ª ed.). Petrópolis: Vozes, Guia para práticas anticapacitistas na Universidade.
<https://educadiversidade.unesp.br/guia-para-praticas-anticapacitistas-na-universidade>
- Marques, A. C. (2008). O perfil do estilo de vida de pessoas com Síndrome de Down e normas para avaliação da aptidão física. [Tese de Doutorado em Ciências do movimento Humano, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15289/000678898.pdf?sequence=1>
- Marques, A. C. (1998a). Implicações políticas da institucionalização da deficiência. *Educ. Soc.*
- Marsiglia, A. C. G. (2021). O tema da diversidade na pedagogia histórico-crítica. In A. C. G. Marsiglia, E. L. Batista (Orgs.). *Pedagogia Histórico-Crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora*. Campinas: Autores associados.
- Mello, A. G. (2016). Deficiência, incapacidade e Vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3265-3276.
- Melo, D. C. F. de. (2024). Educação das pessoas com deficiência na perspectiva crítica. Campo de Goytacazes: Ed. Encontrografia.
- Nóvoa, A. (1992). Os professores e as histórias da sua vida. In A. Nóvoa (Org.) *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora.
- Pedrinelli, V. J., Verenguer, R. C. G. (2013). Educação Física Adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In M. Greguol, & R. F. Costa. *Atividade física adaptada* Barueri: Manole, 1-29.
- Rodrigues, D. (2003). A Educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. *Revista da Educação Física da UEM*, Maringá, 14(1), 67-73.
- Sampaio, C. T., & Sampaio, S. M. R. (2009). Educação inclusiva: o professor mediando para a vida. Salvador: EDUFBA, 162 p.
- Sassaki, R. K. (2010). *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos*. (8ª .ed.). Rio de Janeiro: WVA.
- Sassaki, R. K. (2014). Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. *Revista Reação*, ano XVII, (96), 10-12.

Silva, O. M. (1987). A Epopéia. Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas.

Storrey, K. (2007). Combating Ableism in Schools. Preventing School Failure.
<https://www.researchgate.net/publication/254347205>

Vygotsky, L. S. (1993). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.